

AMAZÔNIA

Complexidade da região é foco de pesquisas científicas

No final do ano passado, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), apresentou os resultados de três anos de projetos durante a Conferência do Subprograma de Ciência e Tecnologia (SPC&T) – Fase II, em Belém (PA). O evento promoveu o intercâmbio de informações e apresentou os resultados de seus 52 projetos para a sociedade, especialmente para a comunidade amazônica e os gestores públicos, segundo Márcia Aparecida de Brito, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e uma das coordenadoras da conferência. Como fruto do trabalho apresentado, está previsto no orçamento do MCT, até 2010, um programa de incentivo de pesquisa na Amazônia seguindo o modelo de redes desse subprograma.

Em 2005, o edital do SPC&T aprovou os projetos que focavam em temas transversais – como economia ecológica, etnociências e relação com a sociedade –, que traduziam as principais demandas de pesquisas na Amazônia. Para a conferência, as sub-redes foram agrupadas em quatro grupos temáticos: produtos madeireiros e não-madeireiros; recuperação de áreas degradadas na Amazônia; gestão dos recursos naturais da Amazônia; e ecologia e manejo de organismos aquáticos do bioma.

Todos buscaram gerar informações que permitissem melhorar o entendimento de interrelações, tanto ao nível dos ecossistemas, quanto entre estes e os sistemas socioeconômicos e políticos da região, com foco no uso sustentável.

Além da participação direta de comunidades ribeirinhas, extrativistas e pequenos agricultores da região amazônica na pesquisa científica e nas atividades de divulgação, outros impactos os atingiram de forma direta. Foram apresentadas alternativas de uso sustentável dos recursos naturais, com a consequente manutenção dos serviços ambientais, garantindo ainda a segurança alimentar e apresentando opções para a geração de benefícios econômicos.

As investigações sobre os ecossistemas florestais e sobre as espécies de peixes da região trouxeram, além de avanços no conhecimento científico, informações para a elaboração e implantação de políticas públicas que visem o uso sustentável desses recursos. Nesse sentido, a importância de políticas de exploração florestal e de recursos pesqueiros se daria não apenas por determinar os limites de exploração a as áreas e serem exploradas, mas também por considerar as espécies ameaçadas de extinção e o comportamento biológico de cada espécie e de suas populações.

Outros resultados do programa que podem apresentar impactos diretos para a população amazônica são as investigações sobre os princípios ativos de plantas da região como fontes de medicamentos e biodefensivos e que surgem como oportunidades de desenvolvimento biotecnológico, com a geração de emprego e renda.

Em relação à saúde pública, outros trabalhos forneceram conhecimento sobre o uso da água e sua contaminação, gerando subsídios para a implantação de políticas governamentais na área.

O modelo do programa foi um dos focos de atenção do trabalho. “Um dos objetivos da conferência foi a proposição do modelo [de redes] para a política de C&T na Amazônia”, afirma Brito. Segundo a coordenadora, esse modelo reúne especialistas nas mais diversas áreas, resultando em mais riqueza e grau de resposta abrangente para se chegar a uma proposição mais efetiva. “Esse modelo de rede se mostrou muito apropriado para a complexidade da Amazônia”, conclui.

O trabalho em rede não é novo. Outros editais de programas já foram realizados no formato de redes, como, por exemplo, o Projeto Genoma. O sistema implantado pelo SPC&T, no entanto, possui algumas características especiais que foram fundamentais para tornar esse modelo eficiente para a Amazônia, como a inserção de temas transversais e a obrigatoriedade da coordenação das redes estarem a cargo de grupos de pesquisa emergentes da Amazônia. “A pesquisa básica foi importante, mas a rede tinha que responder a questões mais voltadas para a parte de aplicação. Eram áreas que precisavam de respostas e de alternativas voltadas para a sustentabilidade”, diz Brito. Mais recentemente, o CNPq utilizou o modelo de base para o edital da Bacia do Rio São Francisco.

Ana Paula Morales